Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

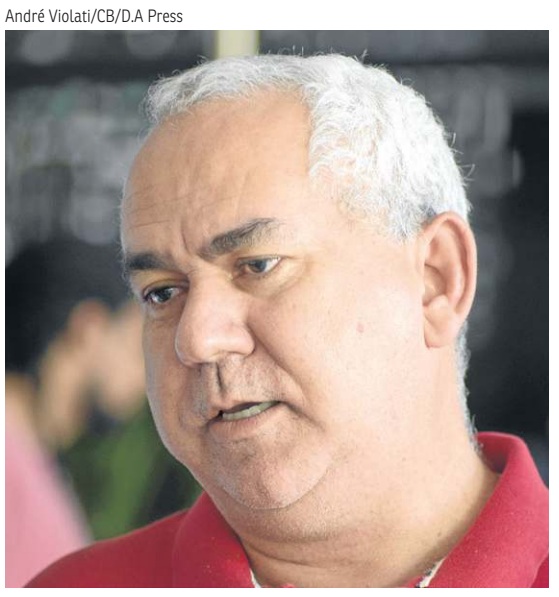
CNJ vai apurar demora que levou à prescrição na Pandora

A Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) vai apurar a atuação do juiz Fernando Brandini Barbagalo, titular da 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) na condução de processos referentes à Operação Caixa de Pandora. Decisão recente sobre o caso apontou extinção de punibilidade em virtude da prescrição do crime de formação de quadrilha. Em documento enviado à Corte, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, deu prazo de 15 dias para que sejam encaminhadas informações sobre eventuais processos administrativos que envolvam Barbagalo e outros juízes com atuação nas ações.

Um longo caminho

Das 24 ações penais da Operação Caixa de Pandora, 14 foram julgadas em primeira instância, pela 7ª Vara Criminal de Brasília, sendo que 10 ações tiveram análise de mérito (com julgamento de absolvição ou condenação), duas ações foram remetidas para Justiça Eleitoral e em outras duas houve reconhecimento da prescrição. No momento, o juiz Fernando Barbagalo, da 7ª Vara Criminal, aguarda apresentação das alegações finais para o julgamento das últimas 10 ações penais da Caixa de Pandora que ainda estão em tramitação.

André Violati/CB/D.A Press



SPU no DF deve ficar com petista de Brasília

O PT-DF indicou o ex-deputado federal Roberto Policarpo para a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF). O pedido está bem encaminhado no Ministério da Economia, mas os petistas tratam o assunto com cuidado para evitar o que aconteceu com Geraldo Magela, que chegou a ser confirmado como vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal e, depois que a história vazou antes do anúncio oficial, o presidente Lula voltou atrás.

SÓ PAPOS

"Não uso chupeta, uso revólver, pistola"
Deputado Alberto Fraga (PL-DF)

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



"Acabei de ser ameaçado de morte"
Deputado José Janones (Avante-MG)

Divulgação



4 anos de tramitação

Apesar de quase duas décadas de discussões sobre a criação de um código de ética para o Ministério Público brasileiro, a assessoria de imprensa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) esclarece que a resolução aprovada nesta semana começou a tramitar em 23 de abril de 2019, quando foi apresentada pelos então representantes da OAB Leonardo Accioly e Erick Venâncio.

Divulgação/Kiko Paz



História de superação

Nascido em Brasília, João Marcos Caetano lança, aos 11 anos, seu primeiro livro, intitulado *Minha família*, em referência ao que considera ser sua maior riqueza. Em 2022, passou por momentos terríveis ao sofrer bullying na escola em que estudava. Um garoto alegre, otimista, curioso e carinhoso transformou-se em uma criança triste, de poucas palavras, que não dormia e nem se alimentava direito. Assim como João Marcos, milhares de crianças enfrentam, diariamente, este crime que cresce em todo o mundo. Com ajuda familiar, profissional e dos amigos, o capítulo triste da história do João foi alterado. Virando a página, o jovem aceitou participar de um projeto em sua nova escola chamado "Super Autor", e publicou, ontem, após superar o bullying, sua primeira de muitas histórias. A secretária de Educação, Helvia Paranaguá, prestigiou o evento.

À QUEIMA-ROUPA

MARIA DE LOURDES ABADIA
ex-governadora do Distrito Federal

Antonio Cunha/CB/D.A Press



"Sinto falta e saudades dos políticos que fizeram a Constituição, das lideranças partidárias. Imaginem como seria hoje escrever uma nova Constituição. Brasil dividido!"

A senhora participou da história de Ceilândia. Do que a cidade mais precisa hoje?
Com o crescimento, Ceilândia precisa de um retoque. Estrutura administrativa maior, mais recursos e melhores projetos de desenvolvimento econômico, social, urbano e cultural, de acordo com seu tamanho e as características da população.

Tucana histórica, a senhora deixou o partido em 2018. Hoje, o PSDB está lutando para sobreviver. O que provocou essa decadência do partido?
Com a morte dos principais fundadores e lideranças como (Mário) Covas, (Franco) Montoro, (José) Richa, entre outros, o partido perdeu muito. Com a vitória do presidente Fernando Henrique, o partido cresceu muito. Entraram políticos de tendências diferentes e o PSDB foi perdendo sua motivação, enfraquecendo as lideranças. Muitos saíram, como por exemplo, o vice-presidente Geraldo Alckmin, grande político.

A política mudou? Há uma renovação positiva?
Mudou muito...muito! Prefiro não comentar. Sinto falta e saudades dos políticos que fizeram a Constituição, das lideranças partidárias. Imaginem como seria hoje escrever uma nova Constituição. Brasil dividido!

Acredita no sucesso do governo Lula?
Peço a Deus que dê certo. O Brasil e nós brasileiros merecemos um presente e um futuro promissores.

E no segundo mandato de Ibaneis?
Desejo sabedoria e sucesso. Já me sentei naquela cadeira. Tarefa pra gigantes...e amamos Brasília, né?!

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

»Entrevista | **DAYSE AMARILIO** | DEPUTADA DISTRITAL

"Precisamos fazer política para pessoas"

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ao *CB.Poder*, a parlamentar analisa os problemas de gestão pública, especialmente na saúde e na assistência social. Ela frisa a importância da comunicação com a população

» JOÃO CARLOS SILVA*

Para a deputada distrital Dayse Amarilio, profissional de enfermagem e presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a capital federal vive uma calamidade na saúde pública e é necessário uma gestão de maior qualidade também na assistência social. Recebida ontem no CB.Poder *— parceria entre o* **Correio** *e a TV Brasília — pela jornalista Ana Maria Campos, a parlamentar defende a urgência da comunicação entre órgãos estatais e a possibilidade de a população denunciar as falhas no serviço público.*

Como funciona o projeto de canal de reclamações para o cidadão que a senhora apresentou?
Quando eu assumi a presidência da Comissão de Assuntos Sociais, a gente pensou nesse canal de denúncias e fez uma programação para que a gente fosse para as ruas. Dar o entendimento que estamos ali para servir a população é o que vai realmente garantir projetos de impacto direto às pessoas. É uma ferramenta dentro do site da Câmara Legislativa, em que qualquer pessoa pode fazer a denúncia, servidor ou usuário. (...) A maior parte das denúncias é relacionada com a aprovação dos concursos e também com a falta de acesso à saúde e à assistência social. Além de precarização dos Cras, com a dificuldade de acesso aos benefícios. Já os servidores colocam a questão do déficit de pessoal...

Imagino o sofrimento de profissionais que estão sobrecarregados, sem condição de atender a todos...
Estamos em uma calamidade em relação à saúde do DF. A atenção primária não consegue fazer sua função, as Upas não conseguem dar retorno e os hospitais estão lotados. Hospitais esses que foram construídos muito tempo atrás para um população três vezes menor do que recebe hoje. E com pouco pessoal.

O governo afirma que tem contratado e feito concurso. É preciso uma reestruturação ou contratar mais gente?
O problema da saúde é antigo, e vem se agravando. Ele [o governo] conta com o papel do Instituto de Gestão Estratégica (Iges-DF), que não fez boa gestão e nem boa estratégia. Eu faço uma política de diálogo e independência, no sentido de unir forças para resolver um problema social. Precisamos fazer política para pessoas, e não para grupos.

A saúde precisa de mais hospitais ou investir na atenção primária?
Precisamos de hospitais, mas também de gestão. O Iges precisa pensar em um modelo a longo prazo. Não se pode acabar com o modelo de uma hora para outra, mas a gente precisa de uma gestão a médio e longo prazo. Não adianta colocar hospitais sem ter pessoal para trabalhar.

A senhora foi presidente do sindicato dos enfermeiros. O piso salarial sai?
Essa é uma luta de mais de 55 anos e eu acho que sai. A pandemia acabou eviscerando que é uma profissão desvalorizada, porque o Brasil foi o país onde mais morreram enfermeiros. Isso mostra uma falta de investimento na categoria. No DF, um enfermeiro ganha, por convenção coletiva, R$ 1.790, e um técnico ganha R$ 1.400. São profissionais, em sua maioria mulheres, que precisam trabalhar em dois empregos para garantir dignidade.

É a primeira vez que uma enfermeira toma posse na CLDF.
A participação feminina na política mostra o grau de democracia em um país. Então, nós, mulheres, precisamos nos unir, abraçar e fortalecer as que se colocam disponíveis nessa luta. (...) Eu sentia isso desde o sindicato, que é um ambiente muito masculino, o que é engraçado, porque a enfermagem tem 80% de mulheres. Quando eu ia representar o sindicato, até mesmo fora de Brasília, eu olhava para a mesa e via maioria de homens.

Apesar de ser do partido de oposição, a senhora se encontrou recentemente com o governador Ibaneis Rocha. O que foi tratado nessa reunião?
Eu tenho uma posição de diálogo porque políticas públicas só são feitas a muitas mãos. Entendo que cada vez mais na Câmara a gente é muito limitado no que podemos fazer através das leis distritais. Muito do que queremos fazer a gente não pode, porque não nos cabe. Então, eu estive com ele e também com a Celina, discutindo o Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária (Pdaf), para alocar mais recursos na saúde. Coloquei a questão da precarização e, inclusive, conseguimos identificar que a carreira de assistência social não tem mais como chamar concursados. Nós precisamos, talvez, fazer um novo concurso. É um deficit gigante.

Como está a situação das filas dos Cras?
Eu costumo brincar que a gente fica muito na "burrocracia". Alguns processos poderiam ser agilizados, mas sem servidor nós não conseguimos isso. Então, a gente precisa ter mais pontos cadastrando as pessoas. Os serviços não se comunicam, não existe uma comunicação da saúde com o desenvolvimento social, mas a gente só consegue sanar isso colocando uma gestão técnica e não uma indicação política.

***Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti**